

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Movimentos sociais e educação popular.

Paula Renata Cairo do Rego.

Cita:

Paula Renata Cairo do Rego (2009). *Movimentos sociais e educação popular. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1576>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Movimentos sociais e educação popular

Paula Renata Cairo do Rego¹
UFPB/Brasil
paulacairo71@gmail.com

1. Breve histórico da constituição do Estado brasileiro:

No Brasil, governos autoritários e militares foram constantes no decorrer de nossa história, sendo assim, as cartas magnas que se sucederam refletiam o momento histórico ao qual estava contextualizada a vida política e econômica do Brasil.

Desde 1824, surgimento da primeira constituição, pautada em grande disputa da elite latifundiária e escravista, a qual, os ricos comerciantes e funcionários públicos apoiavam Dom Pedro I no Partido Português, desta forma outorgando a primeira constituição do Império do Brasil, centralizando o estado e garantindo a monarquia. Em 1891, caía a monarquia, logo após a

¹ Socióloga pela UFPB em 2006, Bacharel em Direito pela FAP – Faculdade Paraibana em 2009, Mestranda em Educação pela UFPB/PPGE – Linha de Educação Popular, Membro do NCDH – Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, Membro da Federação Nacional dos Sociólogos do Brasil - FNS, Grupos de pesquisa da Capes: 1.Cidadania e Direitos Humanos – Educação e cultura em direitos humanos / 2.Educação e Movimentos Sociais – Interfaces entre o rural e o urbano - UFPB/PPGE - Brasil.

Proclamação da República a constituição ainda defendia os interesses da oligarquia latifundiária, dando origem ao “coronelismo”.

Na Constituição de 1934 estávamos sob o julgo da Era Vargas, adotávamos o nome de Estados Unidos do Brasil e já contávamos com uma certa abertura política, com a garantia do voto secreto e do voto da mulher, e tivemos nossos direitos sociais trabalhistas unificados e reformulados.

Com a Constituição de 1937 sofríamos um golpe militar, por força da ameaça comunista, surgia o Estado Novo e o “perigo vermelho” foi o foco para o exacerbo da proteção estatal, ao qual tivemos nossos direitos cassados e cerceados, abolindo-se inclusive os partidos políticos. Após a Era Vargas, fazia-se necessária uma nova ordem constitucional, devido ao processo de redemocratização, e em 1946 novamente se reuniram as lideranças políticas para promulgar uma nova carta magna, que previa a livre associação sindical, garantia a liberdade de opinião, mas, ainda havia ampla proteção do latifúndio.

Em 67 ainda havia autoritarismo e arbítrio político provendo instrumentos ditatoriais como o AI 5 (Ato Institucional) em 68, apesar do país já se chamar República Federativa do Brasil, estávamos em plena ditadura militar, no intenso combate ao “inimigo interno”, aos subversivos e opositores esquerdistas.

Todo este movimento de repressão deu subsídios para o surgimento da Constituição cidadã de 88, numa nova realidade política, com o aumento do braço democrático, ampliando direitos e garantindo liberdades individuais e coletivas, instituindo a função social da terra em detrimento ao latifúndio, repúdio as discriminações diversas, e mantivemos o sistema de governo presidencialista.

2. Os Movimentos Sociais na história do Brasil:

No decorrer desta história os Movimentos Sociais buscavam se inserir no contexto da realidade brasileira, muitas das vezes de forma velada, posteriormente atuando de forma clara e objetiva.

Com a Constituição Democrática promulgada em 1988, houve, sem dúvida, uma maior promoção dos direitos fundamentais, individuais e coletivos, assim como, garantias de direitos que ainda não tinham sido experimentados na sociedade brasileira, como o de livre associação e o direito a organização da sociedade civil.

Nunca se desfrutou de tão amplos direitos e, finalmente, a sociedade brasileira vislumbrou os ideários da Revolução Francesa de forma positivada. Direitos foram reconhecidos e assegurados na

intenção da limitação do poder perante o indivíduo na sociedade já cansada do julgo arbitrário e de despotismos sucessivos.

Neste sentido, os movimentos sociais tornaram-se visíveis na sociedade brasileira. Neste ínterim houve uma consolidação do capitalismo, e as lutas sociais vinham abandonando o caráter de subsistência e conflito de classes, e se direcionando para alternativas de direitos, assim como o da educação.

Os Movimentos Sociais cooperaram imensamente com a educação, fazendo por não restringir os conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico de forma limitada e manipulatória.

Trouxe para o cerne da educação uma dimensão organizativa política fazendo por inserir uma consciência crítica² da realidade vigente dos participantes dos movimentos, ao se apropriarem de informações que levam a emancipação social.

Por conseguinte, os movimentos proporcionam uma dimensão de cultura política no exercício da prática cotidiana e acúmulo de experiências, voltadas para o político e o social, com objetivos de construir uma força social coletiva e organizada. Proporcionando, desta forma, uma decodificação das restrições de direitos dos processos de ocultamento das diferenças sociais, juntamente com uma dimensão espacial-temporal, que a consciência coletiva gerada no processo de participação dos sujeitos no movimento social leva à observância das condições de vida as quais as categorias espaço e tempo são cruciais para construção do imaginário popular de suas realidades vividas em seus cotidianos.

Com o passar do tempo os Movimentos Sociais foram se modificando, deixando de ser meramente organizações de classe para se tornar meio de agrupamento de pessoas para reivindicação de direitos de largo espectro, como interesses de gênero, diferenças diversas inclusive as raciais, mas sempre com caráter organizacional com objetivos de reunião de forças para aquiescência ou manutenção de direito sociais.

² Esta construção da cidadania coletiva se realize quando são identificados os interesses opostos e se direciona estratégias de formulação de demandas e táticas para o enfrentamento dos oponentes, o que ocasiona uma ruptura na postura tradicional, as quais são reivindicadas através das leis o direito adquirido e o que outrora foi elaborado para o controle social, ora é utilizado como ferramenta de libertação

3. Sistemas de valores e a Declaração dos Direitos do Homem:

A Declaração Universal dos Direitos do Homem representa a manifestação da única prova através da qual um sistema de valores pode ser considerado humanamente fundado nos direitos humanos e nas liberdades individuais fundamentais, que nascem de uma convicção partilhada de forma universal. Um pacto entre nações que não mais queriam viver na Idade Média.

Na Declaração dos Direitos do Homem projeta-se a conversão universal de um pensamento de garantias individuais, positivados nos direitos constituídos e usufruídos por toda sociedade.

Os direitos naturais como liberdade e igualdade estavam garantidos na forma da lei face ao direito de propriedade do ideário liberal. E, desta forma, o cidadão se constituiria sujeito político que outrora não era reconhecido com uma racionalidade política. Neste momento de valorização da razão e da ciência a educação aparece como ponto fulcral, pois no iluminismo o homem deveria ser livre e consciente.

4. A Educação Popular no contexto geral:

Em seu artigo 22 a Constituição Federal/88 prevê a educação como direito de todos e dever do estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade com objetivos de desenvolver a pessoa e prepará-la para o exercício da cidadania, qualificá-la para o trabalho, desenvolvendo aptidões e potencialidades do educando, sendo assim, a educação seria uma das formas de realização concreta do ideário democrático, ao qual a igualdade, a liberdade, o pluralismo de ideias, a gratuidade, e garantia de padrão de qualidade são princípios lógicos na concepção de educação para Constituição Democrática;

O formato positivado à vinte anos atrás trás em seu bojo uma célebre dissonância, já que falamos de uma sociedade estruturada nos ditames capitalistas, onde a desigualdade social é a base de sua formação, a oferta desta educação seria uma utopia, pois não é oferecida de forma equitativa para todos os indivíduos e cidadãos brasileiros.

O embasamento teórico está calcado na educação popular freiriana, a qual é comprometida com o processo de conscientização e libertação das camadas empobrecidas, baseada em princípios de solidariedade e desenvolvimento sustentável.

Isto numa ação direta dos grupos organizados da sociedade civil, mobilizados, sem que tenham

de esperar por uma ação estatal, mostram o caminho para a mudança. Renegando a definição pré-estabelecida do modelo de acumulação vigente, objetivando construir uma realidade diferente. Assim, a educação vai transformando as realidades sociais, associada à consciência política, o que fazem por modificar as relações sociais como um todo.

Neste sentido, a educação constrói uma consciência libertadora, conforme a visão freiriana, representando uma força motora para as mudanças sociais de forma concreta e efetivas dentro de uma realidade de desenvolvimento local, prevalecendo sua sustentabilidade, valorizando as identidades e preservando os direitos já positivados, a escola toma proporções mais amplas, levando não só conhecimento, mas, concepções políticas e sociais que são práticas daquela educação libertadora.

Na educação popular não existe uma metodologia específica e pré - elaboração de conteúdos a serem abordados, mas existem princípios norteadores que propiciam a construção destes conteúdos pelo grupo, voltado para suas necessidades, interesses e demandas, numa construção social do conhecimento, do saber e da educação de forma geral.

5. Considerações Finais:

Sempre existiu uma forte conexão entre os movimentos sociais e a educação, sobretudo a educação popular, com um elemento de união que se refere à cidadania, que, do ponto de vista teórico-metodológico corroborou com o processo de mudança do *status quo* e transformação da sociedade brasileira.

Existem autores que ressaltam uma crise nos movimentos sociais no Brasil desde os anos 90, e colocam uma espécie de desmobilização e desencra neste tipo de organização social por força da influência da onda de privatizações ocorridas naquela década, mas, acredito que a força social ainda persista e que os movimentos sociais somente estão tomando novas configurações e se adequando a outras realidades, forjando novos espaços e novas formas de organização da sociedade civil.

Os Movimentos Sociais são frutos de idéias e práticas, que fluem e refluem numa lógica cíclica no decorrer da história humana. Talvez esta desmobilização seja fruto de uma tranquilidade democrática e aparente acomodação do embate político, e que não mais tão contundente como nos momentos de forte repressão por parte do governo, mas, com certeza esta transformação social se

constrói ao longo do tempo por força de uma construção social do conhecimento e do empoderamento gerado por ele nas classes populares. Num cenário mais pluralista rumo a construção de uma outra cidadania no Brasil, com o intuito de criar novas formas de pensar a coisa pública e os direitos individuais e coletivos.

A educação, assim, deixa de ser um mero mecanismo de controle e manutenção da ordem estabelecida para a massa na formação de indivíduos voltados para a produção de mercadorias, e assume ares de libertação do indivíduo, se afastando da religião e do mito, agora, voltada para o desenvolvimento das nações e melhoria de qualidade de vida humana, construindo uma cidadania coletiva e novos sujeitos históricos e sociais atendendo as demandas populares espoliadas e expropriadas de seus direitos sociais, até então.

Nem sempre nosso país desfrutou de liberdade e direitos igualitários, mas há uma tentativa, um movimento para que se instaure a democracia plena, mas para que isso ocorra é necessário que haja participação mais ativa da sociedade civil na vida pública do país, na intenção da mudança do *status quo*, que somente partirá da massa, somente partirá dos grupos populares, na tentativa de forjar seus direitos já positivados, porém ainda distantes de suas realidades.

Nesse sentido a organização dos grupos populares e as discussões sobre as relações sociais estão na ordem do dia, situações de conflito e riscos sociais se voltam imensamente para educação, o desemprego, aumento da violência e da criminalidade são pontos que convergem para a mesma origem.

Neste artigo, foi apresentado alguns princípios teóricos-metodológicos a cerca da Educação Popular, capaz de nortear caminhos para compreender a problemática da desigualdade. Levando em consideração as formas usurpadas de direitos fundamentais dos grupos populares dentro da sociedade brasileira, marcada por dificuldades e sofrimentos, presentes em seu cotidiano.

Numa sociedade desigual e injusta como a brasileira, emerge a importância da participação e organização da sociedade civil em fortalecer esses direitos positivados, mas, quase sempre não efetivos, objetivando uma transformação social, no que tange o direito a educação, visando alcançar o “empoderamento” dos sujeitos sociais na busca de sua autonomia, colocando o indivíduo como protagonista de sua própria caminhada.

Neste sentido, os Movimentos Sociais se apresentam como instrumento de luta dos setores populares na busca e na conquista destes direitos da educação, pública, de qualidade e para todos.

Podemos dizer que desde a década de 50 que existe a preocupação do desenvolvimento de uma identidade nacional do Brasil, pois a educação era reproduzida por aqui de acordo com os exemplos europeus e americanos. Acompanhando o desenvolvimento global a educação tentou-se

adequar uma lógica desenvolvimentista industrial, preocupando-se mormente com alfabetização e escolarização, promovendo o mínimo necessário para educação para o trabalho técnico.

Por força de inúmeros governos militares e ditatoriais na história brasileira a educação ficou tolhida no sentido de fomentar as energias da massa. Agora o saber dos oprimidos ganha proporções mais amplas e a fala do povo já consegue ecoar nos quatro cantos do Brasil, mais ainda é pouco, nossa democracia é frágil, mas, a liberdade e a emancipação é algo possível de ser alcançado em tempos de democracia e de um sistema jurídico que garanta o direito adquirido

Por intermédio dos Movimentos sociais, a educação é construída dentro de um processo político pedagógico e de desenvolvimento de consciência individual e coletiva, e essas novas fontes e forma do saber tornam-se instrumentos poderosos das classes populares na aquiescência ou na manutenção de direitos, forjando espaços dentro de suas práticas reivindicatórias na transformação das relações sociais, em suas práticas políticas participativas.

A transformação social está diretamente vinculada a participação da sociedade civil na interferência da realidade social, e o povo brasileiro persiste em mitigar as questões sociais numa não acomodação ou alienação.

O protesto está vivo em novas formas de questionamentos da sociedade por força de novas tecnologias que fazem por aproximar as pessoas independente das fronteiras, a exemplo disto os “cyberpunks” apresentado no trabalho do Prof Mejia:

Estas mudanças criam nova organização do trabalho e das relações sociais – sem formar parte de uma estratégia predeterminada pelos capitalistas – e, em alguns momentos, distanciam-se da lógica estrutural do capitalismo, como uma consequência desse seu momento de rearranjo e reorganização. (Mejia, pg. 09).

Nesta citação o professor eclode uma nova perspectiva dos movimentos sociais e das formas de participação numa outra conjuntura cultural, face o aparato tecnológico existente na sociedade globalizada, numa “homogeneização social”, pois virtualmente, todos somos iguais, independente de posições econômico social.

Essas exigências tecnológicas trazem a tona novas necessidades e mudanças na escola e por conseguinte na educação popular, precisando implementar novas habilidades e capacidades no

indivíduo do século XXI voltado ao raciocínio abstrato, domínio desta realidade global, flexibilidade e adaptação às mudanças. Pois embora as classes sociais ainda sub-existam e sejam elas sob novas formas, agora deixam de ser traduzidas em políticas de classes, com a necessidade de emergência de uma nova racionalidade, que altera o antigo formato da participação dos sujeitos, os convidando a todos a uma nova realidade social na era pós-moderna.

Com uma pluralidade de estilos de vida desfazendo a lógica do cunho coletivo crítico, exaltando um individualismo atomizado e solitário, onde a solidariedade é difusa e espaça, afetando a ação social e as lutas coletivas. Limitando, assim, a participação.

As pessoas agora têm interesses diferentes umas das outras, interesses que não podem ser integrados nem sublimados num interesse corporativo maior que a todos acolha. Por isso implodem as instituições que, ao pretender representar tudo, acabam por não representar nada. (Mejia, pg.22)

Neste sentido os processos de socialização como a escola, sofrerão modificações profundas e re-acomodações iminentes, pois perdem o poder de controle que exerciam, o que denota um abandono da idéia de tomada de poder, que agora incidiria de forma mais difusa no tecido social, numa prática nova de mobilização social, agora não mais centrada na produção de bens e serviços, nem na luta de classes.

Que na visão da educação popular e dos movimentos sociais exige uma reconstrução do conhecimento de forma dialógica do saber convertendo os sujeitos e os mobilizando sob novo formato na defesa de seus interesses e necessidades, inclusive da melhoria da qualidade de vida dentro de uma cidadania coletiva demandando intensa criatividade dos sujeitos deste processo na tentativa da reinvenção da transformação com objetivos de reconstrução da sociedade.

Referências:

- BISCALCHIN, Fabio Camilo. *Universidade, Mercado e a Formação de Papagaios Burros*. São Paulo: Biscalchin Editor, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 39 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOHN, Maria da Gloria Marcondes. *Empoderamento e Participação da Comunidade em Políticas Sociais*. In: Saúde e Sociedade, vol 13, mai-ago, pg. 20-31, 2004.
- _____. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- MEJÍA, Marco Raúl. *Transformação Social: Educação Popular e Movimentos Sociais no Fim do Século*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MOREIRA, Orlandil de Lima. *Gestão Pública e participação social nos conselhos municipais da região do brejo da Paraíba: mudanças e continuidades*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – área de concentração em política, apresentada na PUC/SP, 2002.
- REGO, Paula Renata Cairo do. *A Dimensão Política da Educação em Assentamentos Rurais na Paraíba*. Monografia graduação em Ciências Sociais CCHLA/UEPB, João Pessoa, 2006.
- _____. *Educação Popular e as Práticas Educativas Freirianas*. In: II Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade, São Cristóvão – SE: Anais do Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade, 2008.
- _____ e SILVA, Severino Bezerra da. *EJA como Direito*. In: IV Seminário Internacional de Direitos Humanos, João Pessoa, Anais do Seminário de Direitos Humanos, 2007.
- SILVA, Severino Bezerra. *Assentamentos Rurais: Território de Conflito e Sociabilidade Camponesa*. São Paulo, 2003 Tese de Doutorado PUC/SP.
- THIOLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa Ação*. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2005.